

上訴案第 77/2025 號

日期：2026 年 5 月 21 日

- 主題：
- 居留許可的廢止
 - 事實犯罪的跡象
 - 事實前提的錯誤
 - 檢察院的歸檔批示的效力
 - 檢察院的刑事偵查權的影響力

摘 要

1. 要令第 16/2021 號法律適用於上訴人的情況，只需看看上訴人所實施的行為是否該法第 23 條第 2 款第 2 項所規定的犯罪行為即可，即是否有充分理由相信上訴人實施了犯罪行為或意圖實施此類犯罪行為。
2. 如果獲許可在澳門特別行政區逗留的人士“對公共安全或公共秩序構成危險，尤其在澳門特別行政區實施犯罪或預備實施犯罪”，則其逗留許可可被廢止。
3. 行使上述法律第 35 條的權利屬於行政當局真正的自由裁量權力，並排除法院對其行使該項權力的合法性審查，但是，如果以其他法律所規定的理由，如本案所涉及的第 23 條第 1 款和第 2 款第 1 項的規定的理由中有關對澳門特區公共安全或公共秩序構成危險所基於的事實的認定車廂錯誤，也就是出現事實前提得錯誤，法院可以予以審理。
4. 所謂事實前提錯誤指的是行政機關在作出相關行政行為時所基於的事實與實情不符；或者說，作為行政行為基礎的事實前提有別於真實的情況，兩者之間存在差異，行政機關是基於未經證實或與真實情況不符的“事實”作出行政行為，以致在法律適用方面也出現錯誤。

5. 法律賦予行政當局的職權決定是否廢止逗留許可，但是必須基於《行政程序法典》第 59 條及第 86 條第 1 款規定的“行政機關應採取其認為有助於調查的措施；如知悉某些事實有助於對程序作出公正及迅速的決定，還應設法調查所有此等事實，而為調查該等事實，得使用法律容許的一切證據方法”。
6. 《刑事訴訟法典》第 37 條、第 42 條第 1 款、第 245 條和第 265 條第 1 款的規定，對屬於公罪的犯罪。檢察院遵循調查、發現事實真相、合法性和客觀性等原則。
7. 治安警察局具有刑事警察身份但在刑事偵查方面絕對接受檢察院的領導，而就第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款第 2 項的規定中，對於同一事實所作出的存在犯罪跡象的事實認定，除了對刑事警察機構有約束力，而且必須遵循法律體系統一性和連貫性的原則，尤其是，在適用第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款第 2 項的規定時，必須根據《刑事訴訟法典》第 259 條第 1 款和第 2 款以及第 265 條第 1 款的規定進行系統的解釋。

裁判書製作人

蔡武彬

司法上訴案第 77/2025 號

上訴人：A

被訴實體：保安司司長 (Secretário para a Segurança)

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

司法上訴人 A，詳細身份資料載於卷宗，不服保安司司長於 2024 年 11 月 29 日作出的批示，根據《行政訴訟法典》第 25 條、第 28 條及第 33 條向本中級法院提出司法上訴，其上訴理由以及上訴請求如下：

- 1) 澳門治安警察局居留及逗留事務廳於 2022 年 5 月 24 日向司法上訴人發出編號為 XXX 之外地僱員身份認別證。
- 2) 澳門治安警察局居留及逗留事務廳於 2024 年 7 月 19 日向司法上訴人作出書面聽證通知(通知書編號 DARP.408/2024/TNR)，事由為擬廢止司法上訴人之僱員身份的逗留許可。
- 3) 聽證通知書內指出擬廢止司法上訴人之僱員身份的逗留許可的具體理由為有強烈跡象顯示司法上訴人涉嫌觸犯第 16/2021 號法律第 78 條規定的“為取得許可而虛偽作出並主張某些法律行為為罪”，且相關案件已被移送之檢察院偵辦。
- 4) 治安警察局局長認為司法上訴人所涉及之有關行為事實對本地區公共安全和公共秩序構成危險，因而作出廢止司法上訴人之僱員身份逗留許可之行政決定。
- 5) 治安警察局居留及逗留事務廳外地僱員分處於 2024 年 10 月 21 日向司法上訴人作出通知 (參照編號

400235/STNRDARP/2024P(DARP.408/2024/TNR))，當中指治安警察局局長廢止司法上訴人之僱員身份逗留許可。

- 6) 司法上訴人於 2024 年 10 月 28 日就上述之行政決定向保安司司長提起具中止效力的必要訴願。
- 7) 被訴實體保安司司長於 2024 年 11 月 29 日作出批示，駁回司法上訴人之必願訴願及維持治安警察局局長的行政決定，導致廢止司法上訴人的外地僱員身份的逗留許可，並透過治安警察局居留及逗留事務廳外地僱員處於 2024 年 12 月 17 日將上述之批示內容通知司法上訴人(參照編號 400235/STNRDARP/2024P(DARP.408/2024/TNR))，並於同日收回司法上訴人之外地僱員身份認別證。
- 8) 被訴實體認為司法上訴人涉嫌觸犯第 16/2021 號法律第 78 條規定的“為取得許可而虛偽作出並主張某些法律行為罪”，故為着防止對本地區公共安全和公共秩序構成危險而根據第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款 2)項之規定，廢止了司法上訴人僱員身份的逗留許可。
- 9) 然而，經承辦偵查案件的檢察官調查及分析案件後，認為不具充分跡象顯示司法上訴人違反任何刑事法律(包括但不限於第 16/2021 號法律第 78 條規定的“為取得許可而虛偽作出並主張某些法律行為罪”)，並於 2024 年 10 月 28 日作出批示將案件歸檔，且該批示已轉為確定。
- 10) 承辦偵查案件的檢察官在調查後對司法上訴人所涉之案件(第 16/2021 號法律第 78 條規定的“為取得許可而虛偽作出並主張某些法律行為罪”)作出歸檔決定，即檢察官沒有對司法上訴人作出控訴批示。
- 11) 因此，被訴實體針對司法上訴人因有強烈跡象顯示其涉嫌觸犯第 16/2021 號法律第 78 條規定的“為取得許可而虛偽作出並主張某些法律行為罪”，而對司法上訴人作出廢止僱員身份逗留許可

的決定的依據已不存在，因檢察院已就該等事實認定為不具充分跡象提出控訴。

- 12) 被訴實體作出被訴決定的依據 – 第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款 2) 項 - 有重大理由相信曾實施被定性為犯罪的行為或意圖實施具犯罪性質的行為的人 – 已被檢察院經調查後所排除；
- 13) 在司法上訴人不存在對本地區公共安全和公共秩序構成危險及不存在重大理由相信司法上訴人曾實施被定性為犯罪的行為的情況下，被訴實體依然作出被訴決定，這是存在明顯錯誤及絕對不合理的行政行為。
- 14) 因此，被訴實體依據第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款(2)項規定而作出之決定存有法律適用錯誤之瑕疵，構成《行政訴訟法典》第 21 條第 1 款 d) 項規定的司法上訴之依據。
- 15) 綜上所述，被訴決定沾有違反《行政訴訟法典》第 21 條第 1 款 d) 項的違反法律的瑕疵，同時違反《行政程序法典》第 5 條的適度原則；為此，現請求尊敬的法官閣下撤銷由被訴實體保安司司長所作出的被訴決定。

基於此，並在法律所賦予更廣泛的權利下，現懇請尊敬的法官閣下：

- a. 接納本司法上訴；
- b. 按照《行政訴訟法典》第 52 條傳喚被訴實體以使其作出答辯；
- c. 根據《行政訴訟法典》第 55 條之規定，着令被訴實體呈交被訴決定之行政卷宗正本，並將之附入本司法上訴卷宗內，及視為本卷宗之組成部份；及
- d. 裁定本司法上訴所載的事實及理據成立，因被訴決定沾有違反法律規定的違法性瑕疵，繼而撤銷被訴決定。

被訴實體保安司司長就上述司法上訴提交了載於卷宗第 46 至 60 頁的

答辯 · 主張司法上訴理由不能成立。¹

¹ 其葡文內容如下：

- A Recorrente impugna o Despacho do Secretário para a Segurança, datado de 29 de Novembro de 2024, que revogou a autorização de permanência na qualidade de trabalhadora não residente, que lhe havia sido concedida em 24 de Maio de 2022.
- A prova indirecta, baseada em indícios (razões sérias), partindo de circunstâncias conhecidas e provadas, mediante um raciocínio lógico, pelo método indutivo, permite obter conclusão, firme, segura e sólida, e tem a mesma força que a testemunhal, a documental ou outra.
- A Administração, na sequência da actividade procedimental administrativa de natureza instrutória, reuniu provas que demonstram que a Recorrente praticou actos susceptíveis de integrar a previsão da norma que justificou a prolação do despacho de revogação da autorização de permanência.
- A autorização de permanência foi revogada nos termos conjugados da alínea 2) do número 2º do artigo 35º, com a alínea 2) do número 2º do artigo 23º, todos da Lei n.º 16/2021.
- É discricionário o poder previsto número 2º do artigo 23º da Lei n.º 16/2021, competindo à Entidade Recorrida, ponderar os elementos apurados no caso concreto, substanciar o interesse público que está em causa e determinar, segundo o seu critério, a factualidade relevante para o efeito.
- Existem “razões sérias para crer” que Recorrente com a sua conduta preencheu a previsão do artigo 78º da Lei n.º 16/2021 – “simular contrato de trabalho tendo por motivação determinante obter para si autorização especial de permanência na RAEM e formalizar o correspondente pedido junto das autoridades da RAEM”, e bem assim a alínea 2) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 16/2021.
- Existe total correspondência entre a situação abstractamente delineada na norma e os pressupostos de facto e de direito que integram a situação concreta sobre a qual a Administração agiu, não se verificando o alegado vício de violação de lei.
- A conduta da Recorrente, desconforme com a Lei, é geradora de perigo potencial para a segurança e ordem públicas, motivo pelo qual a Administração, no confronto dos valores em presença, atribuiu supremacia ao interesse público.
- A decisão administrativa circunscreve-se ao dever de proteger o interesse público em causa, a segurança e ordem públicas, não indo para além do que é sensato e lógico, não se demonstrando de todo desproporcional.
- Não se verifica, in casu, a existência de erro (manifesto ou não), ou desrazoabilidade no exercício de poderes discricionários.
- A decisão administrativa, que tenha por fundamento legal a alínea 2) do número 2º do artigo 23º da Lei n.º 16/2021, não está dependente da concreta condenação criminal, mas da formulação, pela Entidade Recorrida, de um juízo de prognose para a segurança ou ordem pública que que essa conduta gerou.
- O despacho do Ministério Público de arquivamento da acção penal, não corresponde a sentença absolutória.
- Trata-se de uma medida securitária, de natureza preventiva, não sancionatória que visa afastar o perigo potenciado pela Recorrente, ora considerada não admissível.

Nestes termos e nos mais de direito, ainda com o douto suprimento de V. Exas., deve ser negado provimento ao presente recurso mantendo-se a decisão recorrida.

Assim se fazendo a costumada JUSTIÇA.

在司法上訴進行期間，經過任意性的陳述階段，最後，尊敬的助理檢察長閣下提交了法律意見，提出了傾向於裁定司法上訴理由成立的意見書。²

² 其葡文內容如下：

Na petição, a recorrente pediu a anulação do despacho proferido pelo Exmo. Sr. Secretário para a Segurança (doc. de fls. 91 a 93 do P.A. dado aqui por integralmente reproduzido), assacando a violação do disposto na alínea 2) do nº 2 do art. 23º da Lei nº 16/2021 e do princípio da proporcionalidade.

1. Note-se que o despacho exarado pelo Sr. Comandante do CPSP na Informação Complementar nº 400235/STNRDARP/2024P reza, clara e propositadamente, que “結合第 16/2021 號法律第 35 條第二款(二)項的規定” (doc. de fls. 68 a 72 do P.A.) e, por sua vez, o despacho em questão alude ao “disposto da alínea 2) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 16/2021”.

Concordamos inteiramente com o - irrefutável, embora implícito - entendimento da Administração Pública, no sentido de que ao caso sub judice não se aplica o disposto no nº 1 e na alínea 1) do nº 2 do art. 23º acima referido, bem como no nº 1 do art. 35º da mesma Lei.

De tudo isto decorre que basta indagar se for correcta a conclusão de que “a Recorrente praticou factos susceptível de integrar a previsão do disposto das alínea 2) do nº 2 do artigo 23º” da dita Lei. O que impõe que se analise se in casu houver razões sérias para crer que ela praticou actos tipificados como crimes ou tencionou cometer actos dessa natureza.

2. No vertente caso, sucede que concluídas as diligências, o ilustre magistrado do MºPº enquanto titular do Inquérito nº 9040/2024 ordenou o arquivamento de acordo com o nº 2 do art. 259º do CPP, lá se prevê: O inquérito é igualmente arquivado se não tiver sido possível ao Ministério Público obter indícios suficientes da verificação de crime ou de quem foram os agentes.

À luz das disposições nos art. 37º, nº 1 do art. 42º, art. 245º e nº 1 do art. 265º do CPP, sufragamos a jurisprudência que, segundo nos parece, se mostra ser praticamente consensual e inculca que para os crimes públicos, o MºPº está sujeito aos princípios do inquisitório, da verdade material, da legalidade e da objectividade.

Em obediência ao princípio de unidade e coerência do ordenamento jurídico, colhemos que o preceito na alínea 2) do nº 2 do art 23º da Lei nº 16/2021 deve ser interpretada em conformidade com os nº 1 e nº 2 do art. 259º e ainda com o nº 1 do art. 265º do CPP.

Nesta linha de raciocínio, tendo em conta a experiência profissional do magistrados do MºPº, parece-nos que é ainda válida na actual ordem jurídica a douta jurisprudência, segundo a qual a decisão do arquivamento dum certo inquérito proferida por seu titular com fundamento na falta de indícios suficientes para deduzir acusação implica razoavelmente a inexistência de fortes indícios de que um indivíduo se preparava para a prática de crime (cfr. Acórdãos do TSI nos Processos nº 770/2015 e nº 555/2019).

Daí flui que, na nossa modesta opinião, a decisão de arquivamento dum inquérito do magistrado do MºPº implica que os dados probatórios constantes desse inquérito não são capazes de abonar as “razões sérias” exigidas pela alínea 2) do nº 2 do art. 23º da Lei nº 16/2021. Quer dizer que uma tal decisão conota razoavelmente a inexistência de razões sérias para crer que o arguido do inquérito arquivado praticou actos tipificados como crimes ou que tencionou cometer actos dessa natureza, a não ser que, após o arquivamento, a Administração venha adquirir outros dados probatórios que possam sustentar a sua crença.

Sendo assim, e com todo o respeito pelo melhor juízo em sentido diferente, entendemos modestamente que o despacho impugnado nestes autos eiva erro nos pressupostos de facto e,

然後，各助審法官已對卷宗進行檢閱，對案件進行審理，並進行評議及作出表決，作出了以下的判決。

二、訴訟前提

本院對此案具有管轄權。

本案訴訟形式恰當及有效。

訴訟雙方具有當事人能力及正當性，且已適當地被代理。

不存在待解決之無效、抗辯或其他先決問題。

em consequência, colide com o preceito na alínea 2) do nº 2 do art. 23º da Lei nº 16/2021.

3. É óbvio e concludente que na sua audiência escrita (cfr. fls. 60 a 64 do P.A.), a recorrente não pôs em crise a veracidade dos factos especificados na Notificação para Audiência (doc. de fls. 66 do P.A.), o que ela fez consiste em reconhecer e explicar tais factos. O que conota seguramente que são reconhecidos pela recorrente esses factos, a saber:

1. 涉案僱主向勞工事務局申請聘用家務工作外地僱員配額時，申請理由是因僱主患有腳傷而行動不便，故需聘用家傭照顧僱主本人及負責家務工作，但在調查期間，並未見僱主存有行動不便的跡象，且利害關係人 A 亦聲稱其主要的工作是協助僱主照顧狗隻。

2. 利害關係人自取得外地僱員身份後，曾多次經機場出入境事務站前往中國內地，且長時間離開本澳，而每次均由僱主陪同，此情況明顯與一般家務工作外地僱員有異。

3. 利害關係人被僱主聘用超過 2 年，但僱主只能提供 2024 年 4 月 1 日、2024 年 5 月 1 日、2024 年 6 月 1 日及 2024 年 7 月 1 日由利害關係人簽收的工資收據，且其等均拒絕提供手機予警方檢查，故難以證實利害關係人真實被僱主聘用為家務工作外地僱員。

4. 在利害關係人報稱之工作地點的單位內沒有發現任何屬於其個人物品，同時，亦發現利害關係人並非居於所報稱的工作地點 (XXX)，而是居於僱主的住所 (XXX) 內，且僱主承認過往雙方存有情侶關係，故有關利害關係人被聘用為家務工作外地僱員的情況明顯存疑。

Avaliados à luz das regras da experiência, as condutas deles dois supra delineadas não podem deixar de ser manifestamente anormais. No entanto, afigura-se-nos que o tribunal não pode ajuizar se tais condutas se caírem no alcance da alínea 1) do nº 2 do art 35º da Lei nº 16/2021, na medida em que o poder previsto neste nº 2 do art. 35º da Lei nº 16/2021, na medida em que o poder previsto neste nº 2 é discricionário.

Por todo o expandido acima, propendemos pela procedência do presente recurso contencioso.

三、事實

根據載於卷宗之證據，本院認為以下事實屬重要並視為獲得證實：

1. 涉案僱主向勞工事務局申請聘用家務工作外地僱員配額時，申請理由是因僱主患有腳傷而行動不便，故需聘用家傭照顧僱主本人及負責家務工作，但在調查期間，並未見僱主存有行動不便的跡象，且利害關係人 A 亦聲稱其主要的工作是協助僱主照顧狗隻。

2. 利害關係人自取得外地僱員身份後，曾多次經機場出入境事務站前往中國內地，且長時間離開本澳，而每次均由僱主陪同，此情況明顯與一般家務工作外地僱員有異。

3. 利害關係人被僱主聘用超過 2 年，但僱主只能提供 2024 年 4 月 1 日、2024 年 5 月 1 日、2024 年 6 月 1 日及 2024 年 7 月 1 日由利害關係人簽收的工資收據，且其等均拒絕提供手機予警方檢查，故難以證實利害關係人真實被僱主聘用為家務工作外地僱員。

4. 在利害關係人報稱之工作地點的單位內沒有發現任何屬於其個人物品，同時，亦發現利害關係人並非居於所報稱的工作地點 (XXX)，而是居於僱主的住所 (XXX) 內，且僱主承認過往雙方存有情侶關係，故有關利害關係人被聘用為家務工作外地僱員的情況明顯存疑。

四、法律適用

本上訴中，上訴人請求撤銷保安司司長所做的決定（行政程序第 91 至 93 頁文件，在此視為全文轉載），理由是該決定違反了第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款第 2 項的規定以及適度原則，那麼，總結其起訴狀中所述的結論，其提出的問題可歸納為以下兩項：

- 違反法律規定——第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款第 2 項;
- 作為補充理由，被訴實體的決定違反了適度原則

我們看看。

首先，值得注意的是，治安警察局局長在第 400235/STNRDARP/2024P 號補充資料中明確提到「根據第 16/2021 號法律第 35 條第 2 款第(二)項的規定作出決定」(行政程序第 68 至 72 頁文件)，並且被上訴批示也提到了第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款 2) 項的規定。

第 16/2021 號法律第二十三條 (拒絕不受歡迎人士入境及相關簽證和許可的申請) 規定：

“一、基於下列原因，須拒絕非居民入境澳門特別行政區，以及拒絕相關簽證及許可的申請：

(一) 根據適用於澳門特別行政區的國際法文書，有關非居民被禁止入境；

(二) 有證據顯示非居民屬犯罪集團或與犯罪集團有聯繫，尤其是黑社會組織，即使該黑社會組織未在澳門特別行政區開展任何活動；

(三) 非居民涉嫌與包括國際恐怖主義在內的跨國犯罪有關；

(四) 非居民對內部保安構成威脅；

(五) 基於安全性質的行政措施或根據司法裁判，非居民被阻止或禁止入境澳門特別行政區。

二、其他因對公共安全或秩序構成危險而亦被視為不受歡迎的非居民，尤其是下列者，其入境澳門特別行政區及相關的簽證和許可的申請亦可被拒絕：

(一) 曾被澳門特別行政區或外地的刑事法院判處剝奪自由的刑罰或保安處分的人；如由外地法院判處者，有關行為按澳門特別行政區的法律亦構成犯罪；

(二) 有重大理由相信曾實施被定性為犯罪的行為或意圖實施具犯罪性質的行為的人。

三、為適用上款 (二) 項的規定，不論是否有可競合的其他理由，如有權限司法機關針對非居民作出控訴批示，治安警察局可推定具有重大理由。”

第三十五條 (逗留許可的廢止)

一、如發生或嗣後得知有理由將澳門特別行政區逗留許可的持有人按第二十三條第一款的規定列為不受歡迎人士的事實，由行政長官以批示廢止其逗留許可。

二、屬下列情況，行政長官得以批示廢止在澳門特別行政區的逗留許可：

(一) 非居民：

(1) 未獲許可而在澳門特別行政區工作；

(2) 未獲法律要求的行政許可而在澳門特別行政區為自身利益從事活動，又或從事有關活動時不遵守行政許可所定的條件；

(3) 重複作出違反法律或規章的行為，尤其是作出有損居民健康或福祉的行為；

(4) 入境後的行為明顯偏離給予許可的目的；

(二) 發生或嗣後得知有理由將逗留許可持有人按第二十三條第二款的規定列為不受歡迎人士的事實；

(三) 逗留許可持有人不再符合本法律、適用的規章，又或許可所定的要求、前提或條件。

三、廢止的決定在聽取非居民的陳述後作出；為一切效力，該聽取陳述等同於對利害關係人的聽證。

從上條法律條文的規定來看，要令其適用於上訴人的情況，只需看看上訴人所實施的行為是否該法第 23 條第 2 款第 2 項所規定的犯罪行為即可，即是否有充分理由相信上訴人實施了犯罪行為或意圖實施此類犯罪行為。

就本案的情況而言，根據第 16/2021 號法律第 23 條第 1 款和第 2 款第 1 項的規定，如果獲許可在澳門特別行政區逗留的人士“對公共安全或公共秩序構成危險，尤其在澳門特別行政區實施犯罪或預備實施犯罪”，則其逗留許可可被廢止。在澳門特別行政區實施犯罪或預備實施犯罪僅僅是顯示獲許可逗留人士對澳門特別行政區公共安全或公共秩序構成危險的其中一種情況，而非唯一的情況：除了在澳門特別行政區實施犯罪或預備實施犯罪的情況之外，如果有強烈跡象顯示利害關係人曾實施或預備實施任何犯罪，行

政當局完全可以(並且應該)加以考慮，並就其是否會對澳門特區公共安全或公共秩序構成危險作出判斷，以決定是否廢止逗留許可。

由此可見，行使上述法律第 35 條的權利屬於行政當局真正的自由裁量權力，並排除法院對其行使該項權力的合法性審查，但是，如果以其他法律所規定的理由，如本案所涉及的第 23 條第 1 款和第 2 款第 1 項的規定的理由中有關對澳門特區公共安全或公共秩序構成危險所基於的事實的認定車廂錯誤，也就是出現事實前提得錯誤，法院可以予以審理。

所謂事實前提錯誤指的是行政機關在作出相關行政行為時所基於的事實與實情不符；或者說，作為行政行為基礎的事實前提有別於真實的情況，兩者之間存在差異，行政機關是基於未經證實或與真實情況不符的“事實”作出行政行為，以致在法律適用方面也出現錯誤。³

由此可見，法律賦予行政當局的職權決定是否廢止逗留許可，但是必須基於《行政程序法典》第 59 條及第 86 條第 1 款規定的“行政機關應採取其認為有助於調查的措施；如知悉某些事實有助於對程序作出公正及迅速的決定，還應設法調查所有此等事實，而為調查該等事實，得使用法律容許的一切證據方法”。

如果案卷資料顯示行政當局已採取適當措施對構成行政行為基礎的事實進行了應有的調查，則不存在欠缺調查或調查不足的瑕疵。

再次，上訴人在其書面陳述（見行政程序第 60 至 64 頁）中並未質疑聽證通知（行政程序第 66 頁文件）中列明的案件事實的真實性；相反，她承認並解釋了這些事實，這無疑表明上訴人承認上述所列舉的事實。

雖然，正如終審法院在上引案件的判決中所持的見解，無論警方是否基於刑事目的而展開調查，在調查過程中發現犯罪跡象，並將相關資料移送檢察院，也不妨礙行政機關在通過該調查而查明的事實基礎上適用法律，作出相關的行政決定，也就是說，行政機關作出獨立於司法機關的調查以及形成自己的心證而認定的事實或者事實的結論，並因此作出廢止當事人居留許可

³ 參見終審法院於 14/04/2023 在第 131/2022 號上訴案中的判決。

的決定並不能被視為具有事實前提的錯誤，然而，本案的特別之處在於，雖然治安警察局並非以調查犯罪的目的而收集到了犯罪的跡象而移送檢察院。

根據在本案所附的文件顯示，檢察院負責第 9040/2024 號偵查案的尊敬的持案檢察官，在調查結束後，依據《刑事訴訟法典》第 259 條第 2 款的規定——如果檢察院未能獲得足夠的證據證明犯罪的發生或犯罪者的身份，也應歸檔——作出歸檔決定。

至此，一方面，我們要考慮到，《刑事訴訟法典》第 37 條、第 42 條第 1 款、第 245 條和第 265 條第 1 款的規定，對屬於公罪的犯罪。檢察院遵循調查、發現事實真相、合法性和客觀性等原則，另一方面，治安警察局具有刑事警察身份但在刑事偵查方面絕對接受檢察院的領導，而就第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款第 2 項的規定中，對於同一事實所作出的存在犯罪跡象的事實認定，除了對刑事警察機構有約束力，而且必須遵循法律體系統一性和連貫性的原則，尤其是，在適用第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款第 2 項的規定時，必須根據《刑事訴訟法典》第 259 條第 1 款和第 2 款以及第 265 條第 1 款的規定進行系統的解釋。

正如中級法院在第 770/2015 號和第 555/2019 號案件的判決所持的觀點，在現行法律秩序下，由檢察機關作出的以缺乏充分證據提起訴訟為由終止某項調查的決定，合理地意味著缺乏強烈的跡象表明某人正在準備實施犯罪。

而治安警察局證實根據其移送檢察院以作犯罪跡象調查所依據的事實而得出當事人具有犯罪跡象的，那麼，檢察院司法官終止調查的決定意味著該調查中的證據不足以支持第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款第 2 項所要求的「充分理由」，除非在案件結案後，檢察機關獲得其他證據支持其判斷，否則該決定意味著，沒有充分理由相信被歸檔的被告實施了犯罪行為或意圖實施犯罪行為。

因此，儘管我們尊重任何相反的意見，但我們仍然認為，本案所質疑的決定存在事實前提的錯誤，因此違反了第 16/2021 號法律第 23 條第 2 款第 2 項的規定，中級法院唯有作出上訴人的上訴理由成立並撤銷被上訴批示的決定。

作出了這個決定，上訴人所提出的補充性理由就沒有審理的必要了。

五、決定：

綜上所述，本院合議庭裁定司法上訴人上訴理由成立，撤銷被訴行為。

無需判處訴訟費用的支付，因被訴實體享有主體豁免。

依法登錄本裁判並作出通知。

澳門特別行政區，2026年5月21日

蔡武彬 (裁判書製作人)

馮文莊 (第一助審法官)

盛銳敏 (第二助審法官)

Álvaro António Mangas
Abreu Dantas